

FILOSOFIAS E GRAMÁTICAS: A ALAGMÁTICA E A TRANSDUÇÃO COMO PROCESSOS PARA A INDIVIDUAÇÃO

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (UFT)

luizpeel@uft.edu.br

RESUMO

O ensino de gramática, apesar de inúmeros estudos filosóficos sobre linguagem e sobre línguas, desenvolvidos no decorrer de sua história, permaneceu sempre descritivo e/ou normativo; para alguns estudiosos, a gramática normativa é um tipo de gramática descritiva, expondo o uso linguístico padrão, daí a conclusão de que tanto normativamente, quanto descritivamente, o ensino para as crianças de algo que já usam, tem sido pouco profícuo em função da restrição a modelos e paradigmas rígidos e pouco úteis, já que o processo linguístico é criativo e transdutivo. Inicialmente, a gramática considerava apenas a fonologia, a prosódia, a etimologia e a morfologia; depois, a sintaxe, a semântica, negligenciando sempre as afirmações dos estudos filosóficos, sociológicos, psicológicos e antropológicos, contemporâneos ao seu uso e ao seu ensino. Dessa forma, sempre foi priorizado teoricamente o uso padrão, e evidenciada na prática pedagógica a distância entre essas formas e suas variantes, entre o seu ensino rígido e o seu uso pragmático e alagmático. Consequentemente, seu aprendizado foi sempre complicado por formas de ensino sectárias que, no cotidiano da sala de aula, negligenciaram a pragmática gramatical, ora considerando modelos rígidos, ora apreciando apenas pressupostos linguísticos especulativos. Trata-se, então, de pesquisa bibliográfica, cujo norte teórico principal é constituído pelos seguintes autores: Simondon, Deleuze, Guattari, Latour e Serres.

Palavras-chave:

Alagmática. Gramática. Transdução.

Filosofia da Linguagem. Filosofia do Acontecimento.

1. Introdução

O título plural deste artigo já serve como índice de nosso norte teórico principal – os pressupostos filosóficos de Simondon, Deleuze e Guattari; e, assim, por meio de aproximações entre esses autores, desejamos relacionar suas conjecturas filosóficas com o ensino da gramática materna. Além desses autores, outros serão igualmente citados, por suas contribuições pontuais: partiremos dos pré-socráticos, caminharemos pela história da filosofia e chegaremos às considerações, não só dos três pensadores citados, mas também de Serres, Latour, Lévy e Virilio, dentre outros, considerando o universo conceitual de compreensão da hominiscência; e, por outro lado, em relação aos estudos gramaticais, partiremos da primeira gramática, da obra de Dionísio Trácio, contemplando a manutenção da normatividade como princípio norteador da técnica gramatical, para posterior viagem às propostas das gramáticas rizomáticas,

transdutivas, mestiças ou múltiplas, almejando uma nova proposta de ensino da língua.

A filosofia da linguagem, com a discussão dos valores substanciais do enunciado linguístico – relativos à identidade ou à alteridade ou, ainda, às diferenças entre eles, pouco tem alterado as concepções da gramática enquanto instrumento didático usado no cotidiano escolar. No jogo pedagógico-linguístico, a gramática normativa ou descritiva é vivenciada por professores e alunos como dispositivo objetivo de prescrição e coerção, como processo associado aos valores da técnica; sendo que a oposição entre os valores filosóficos e as estimações técnicas não se sustentou ao longo das transformações históricas dos procedimentos e das técnicas de ensinar, existindo sempre a primazia dos primeiros nas discussões teóricas das universidades; e dos segundos, na situação de ensino e de aprendizagem na sala de aula do ensino fundamental e médio – com a ocorrência na prática de processos de ensino que ficam entre a negação da gramática normativa e a convicção de que os estudos linguísticos libertaram o processo de ensino da língua dos procedimentos tradicionais coercitivos (algo que não tem desenvolvido a fluência tão necessária aos utentes linguísticos).

No processo histórico de incremento dos procedimentos técnicos e instrumentais, desde o uso pragmático do fogo, da roda, da metalurgia e das escritas icônicas ou pictóricas, até os últimos séculos, com o desenvolvimento das biotecnologias, da informática e da velocidade, técnicas e tratados teóricos se misturam a todo instante: o que aconteceu igualmente com os pressupostos culturais e as técnicas de ensinar a língua – a partir de discussões filosóficas, surgiu um primeiro tratado gramatical puramente descritivo, a gramática de Dionísio Trácio; o que, infelizmente, mesmo com todo o desenvolvimento da filosofia da linguagem e das outras áreas afins, tornou-se o fundamento do ensino linguístico, continuando a ser trabalhado nas escolas até os dias de hoje, mesmo com todo o desabrochar de propostas filosóficas, artísticas, políticas e científicas.

A modernidade e a contemporaneidade estimam a cultura científica e desprezam a cultura técnica, sendo que a concretização objetiva depende da redução do intervalo entre ciência e técnica (no nosso caso, entre Linguística e Gramática). Esquece-se que há, ainda, além das causas técnicas, causas econômicas, sociais, políticas, interativas e psíquicas. Assim, as contribuições das filosofias, sociologias, psicologias, economias, além de outras áreas das ciências sociais, não chegaram aos compêndios gramaticais; não os alterando, nem deixando o ensino das gramáticas singular e frutífero.

2. *As filosofias da linguagem e a gramática descritiva (normativa)*

As divagações dos pré-socráticos sobre o *lógos* trouxeram ao ocidente a visão da sua profundidade e da sua infinitude semântica (fragmento 45, de Heráclito). O *lógos* passou a ser estudado tanto como racionalidade, pensamento ou frase, quanto como expressão, dicção ou palavra; dentre outros valores que lhe foram atribuídos nesses nascentes estudos filosófico-lingüísticos.

Platão o compreendeu então como o primeiro arranjo sintático, composto por nomes e verbos. Seguindo e desenvolvendo os estudos de seu mestre, Aristóteles tratou do *lógos* como a conjunção de sujeito e verbo, divagando sobre seus aspectos lógicos e acrescentando a noção de terceiro excluído, dependente de seus outros dois princípios fundamentais que explicavam o funcionamento lógico: 1 – princípio de identidade: ‘a’ é ‘a’; 2 – princípio de não contradição: é impossível ‘a’ ser ‘a’ e ‘não-a’ ao mesmo tempo; 3 – princípio do terceiro excluído: ‘a’ é ‘x’ ou ‘não-x’, não há terceira possibilidade (esse princípio será, depois, transformado em ‘terceiro incluído’ pela lógica quântica e por Michel Serres).

Os pressupostos lógico-lingüísticos de Aristóteles eram sempre semânticos e sintáticos, o que contribuiu para o aparecimento da abordagem estoica, que continuou com o modelo semiótico triádico de seus predecessores, mas que alterou a sua lógica, que, de uma concepção a partir da cópula, da união de um sujeito a um predicado, sendo o sujeito a sua base ou o seu princípio, passava a ter como elemento principal o verbo, ou seus casos.

Corramos, então, às gramáticas: a primeira tentativa de compor uma gramática vem dos estoicos, que, com seu modelo de signo [*semáion* (significante – a entidade percebida como signo), *semainómenon* ou *lékton* (significado) e *tynkánon* (objeto ou referente)], anteciparam muito do que os estudos lingüísticos afirmaram posteriormente.

A consideração da proposta filosófico-lingüística dos estoicos é difícil, pois as informações são em geral indiretas, e o período abrangido é muito extenso. Como estavam perdendo a hegemonia política, num momento de grande crise, os gregos se apegavam cada vez mais à sua civilização, aspirando à preservação de seus valores e de sua língua. Temos, a partir dessa tensão, um grande empenho crítico e filológico orientado

para a preservação das formas de expressão, e, conseqüentemente, “a criação gradual de um domínio da gramática” (Neves, 1987: 80).

Diógenes da Babilônia (240–150 a.C.) reconheceu cinco partes para a oração: às quatro partes citadas na Poética por Aristóteles (nome, verbo, conjunção e artigo), adicionou *prosegoria* – denominação (DIÓGENES, VII, 557 *apud Stoicorum Grammatica*, p. 38): “As partes da oração são cinco, como afirma Diógenes [...], nome, denominação, verbo, conjunção e artigo”.

Sua definição de oração também é bastante significativa em relação aos seus predecessores (*Idem*, p. 20): “A oração é uma expressão significativa emitida pela inteligência”.

Contrariamente aos tratados gramaticais dos alexandrinos, como veremos ainda neste texto, a abordagem pré-gramatical de Diógenes salienta o valor da semântica:

A dialética trata, como afirma Crisipo, dos significantes e dos significados; os primeiros, os significantes, estão determinados pelos estoicos na teoria da expressão; quanto aos outros, o discurso acerca dos dizíveis está organizado em matérias que tratam das coisas e dos significados. (DIÓGENES. VII, 557 *apud Stoicorum Grammatica*, p. 15)

Diferem a expressão e a dicção, pois expressão é também um som, e dicção, somente o articulado. A dicção difere, ainda, da oração, pois a oração é sempre semântica, enquanto que a dicção pode não ter sentido, como “blityri”, que não é de nenhuma maneira uma oração. São diferentes também, o dizer e o proferir; pois as expressões são proferidas, enquanto que as coisas são ditas, aquelas que apresentam, ainda, um significado. (DIÓGENES. VII, 557 *apud Stoicorum Grammatica*, p. 20)

O significado está no substrato das preocupações estoicas com a linguagem; só é válido o que pode ser dito com sentido. Entretanto, apesar de reconhecerem a importância do *noûs* (‘mente’ – herança da filosofia dos pré-socráticos³⁹), deram uma ênfase maior à relação significativa, como já foi sugerido.

Adotaram a lógica de enunciados – de predicados, compreensam bem diferente da lógica de termos aristotélica, que, como já dissemos, apoiava-se no sujeito como substrato lógico de qualquer enunciação. Os estoicos compreenderam a declaração como a enunciação de a-

³⁹ “Caminhando não encontrarás os limites da alma, mesmo se percorreres todas as estradas, pois é muito *profundo o “lógos”* que ela possui” (fragmento 45 de Heráclito).

acontecimentos⁴⁰, e não como a atribuição de predicados a um sujeito; consequentemente, sua declaração versa sobre as implicações de relações temporais.

Para esses filósofos, o enunciado linguístico pode ser completo ou não; só será completo, se contiver o sujeito e o predicado, cada um deles, por si só, será sempre um *lékton* – dito, incompleto. Dessa forma, determinam a necessidade dos dois termos.

Partindo da definição estoica de verbo, percebemos claramente a ênfase que colocaram na declaração como enunciação de acontecimentos (Diógenes Laércio): “Verbo é a parte da oração que significa uma afirmação não relacionada” (DIÓGENES LAÉRCIO. VII, 58 *apud* Egger, 1854).

Para os estoicos, verbo é somente o infinitivo. Todas as vezes que a afirmação se relacionar a um sujeito expresso no nominativo, chamar-se-á *kategoréma* – asserção ou *sýmbama* – acidente, acontecimento. Quando o nome não estiver no nominativo, o verbo, ou melhor, a declaração inteira se chamará *parasýmbama* – acontecimento indireto, por oposição ao emprego do nominativo, que é o caso direto por excelência. Quando a declaração tiver a necessidade para se completar de outro vocábulo, chamar-se-á “menos que um acontecimento” ou “menos que uma asserção”.

Posteriormente, em Aristarco (215–145 a.C.), já encontramos o reconhecimento das oito partes da oração (conforme esclarece Quintiliano, em *Institutio Oratoria*. I, IV, 203) – uma antecipação da obra de Dionísio Trácio⁴¹, a primeira gramática do Ocidente.

O período posterior, na Grécia, trouxe-nos então a gramática propriamente dita: a **TECHNÉ GRAMMATIKÉ**, que constava das seguintes partes:

- Da gramática.
- Da leitura.
- Do acento.
- Da pontuação.
- Da rapsódia.

⁴⁰ Deleuze, como veremos, apropriar-se-á da lógica estoica dos acontecimentos para criar algumas de suas obras mais significativas.

⁴¹ Dionísio nasceu em Alexandria e viveu aproximadamente entre 170 e 90 antes de Cristo, ocupando-se especialmente com a obra de Homero, por meio de comentários, dos quais chegaram até nós algumas dezenas de fragmentos.

Do elemento.
Da sílaba.
Da sílaba longa.
Da sílaba breve.
Da sílaba comum.
Da palavra.
Do nome.
Do verbo.
Da conjugação.
Do participípio.
Do artigo.
Do pronome.
Da preposição.
Do advérbio.
Da conjunção.

A melhor introdução para esta gramática equivale com certeza ao seu parágrafo inicial (DIONÍSIO, 1, 2-3 – tradução nossa): “A Gramática é o conhecimento empírico do que se diz frequentemente nos poetas e nos prosadores”. Dessa forma, a gramática nasceu descritiva, almejando primeiramente o ensino da leitura, uma vez que poucos conseguiam ler, e a dificuldade era grande. Uma das causas dessa dificuldade era a escrita conjunta de todas as palavras, sem pontuação, sem letras maiúsculas no início das frases e sem acentuação.

Citemos um pouco mais da obra:

A dicção é a menor parte da oração em relação ao arranjo⁴².
A oração é uma composição, desde a simples dicção em prosa, manifestando um pensamento completo.
São oito as partes da oração: nome, verbo, participípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. (*Idem*, 11, 2)

Detenhamo-nos na definição de oração (*lógos*): a oração é uma composição que manifesta um pensamento completo. Dionísio não diz que a oração completa necessariamente tem as oito partes descritas na sequência, apenas afirma que são oito as partes da oração.

Esse modelo de gramática perdurou até o Renascimento, seja em sua versão original grega, seja nas cópias latinas, espanholas, portuguesas ou de outras línguas, principalmente das neolatinas.

Retornando aos gregos, outra abordagem, mais sintática e semântica, foi a de Apolônio Díscolo (segundo século depois de Cristo), que

⁴² A palavra arranjo no original grego é ‘*sintaxe*’, termo que deve ser traduzido dessa forma por não definir a parte da gramática que cuida das relações entre as palavras, indicando apenas a preocupação com a combinação.

trouxe novamente Aristóteles e a lógica dos predicados; sua produção foi extensa, dividindo-se nas seguintes obras:

Dos Elementos.
Da Divisão das Partes da Oração:
Dos nomes.
Dos verbos.
Dos participípios.
Do artigo.
Do pronome.
Da preposição.
Dos advérbios.
Das conjunções.
Da Sintaxe das Partes da Oração.
Da Composição.
Dos Acidentes.
Das Figuras.
Das Figuras Homéricas.
Da Ortografia.
Da Prosódia.
Dos Dialetos Dórico, Jônico, Eólico e Ático.
Das Persuasões de Dídimo.

Porém, de todas essas obras, conservaram-se apenas quatro: *Do Pronome*, *Dos Advérbios*, *Das Conjunções* e *Da Sintaxe das Partes da Oração*. Na última delas, Apolônio, ordenando as partes da oração, estabeleceu duas como essenciais; e as restantes, como acessórias (UHLIG, 1910):

A ordenação é a imagem da oração completa, rigorosamente, em primeiro lugar, coloca o nome, depois o verbo, pois sem esses a oração não está completa. Agora, unem-se seguramente por meio da sintaxe, que se ocupa das partes da oração, e, por causa dela, quando ou o nome ou o verbo é retirado, as partes da oração não se completam; se, entretanto, todas as restantes forem retiradas, de forma alguma a oração estará incompleta. (UHLIG, 1910, p. 11b, 6-14)

Apolônio salientou também a importância da semântica:

Há uma analogia entre a oração e o animal; da mesma forma que o animal tem corpo e alma, também a oração tem corpo e alma; correspondem ao corpo a dicção, a frase e a sintaxe; à alma, o significado. (*Idem*, 33, 9)

O gramático relacionou a noção de nome com a de sujeito (*hypokeímenon*): “O nome é parte da oração que designa a qualidade comum ou própria de cada um das ações ou corpos como sujeito”; indicando, ainda, a forma de encontrar o sujeito: “Quando procuramos a natureza do sujeito, dizemos: quem se move? quem passeia? quem conversa? Evidencia-se, então, a natureza do ente do movimento, do passeio, da con-

versa, de modo que se estabelece a pessoa do agente não denominado” (*Idem*).

Sua definição de verbo também aponta para uma percepção acurada dos fatos linguísticos:

Verbo é parte da oração sem caso que, por meio de transformações particulares, é capaz de conter diversos tempos com atividade ou passividade ou nenhum dos dois, e que exprime também as pessoas e os números, quando mostra as disposições da alma. (*Commentarius Heliodori*, 13, 21)

Em relação aos compêndios latinos, foi no período tardio do império romano que aconteceu uma profusão de tratados gramaticais, dos quais os mais famosos são o de Donato e o de Prisciano. O primeiro praticamente traduziu a gramática de Dionísio (sem abordagem sintática ou semântica), enquanto que o segundo baseou todo o seu trabalho nos livros de Apolônio Díscolo (com explicações sobre a sintaxe calcadas em aspectos semânticos); sendo que os dois tiveram milhares de cópias durante a Idade Média e a Renascença, com influências em quase todas as primeiras gramáticas das línguas modernas.

Essas adaptações, cópias e resumos tiveram, principalmente no domínio da terminologia, um resultado irracional: os gramáticos, não sendo mais capazes de justificar os conceitos que usavam, caíam na incoerência. Um bom exemplo de incoerência lógico-linguística é a manutenção das oito partes da oração: os gregos incluíam os artigos, deixando as interjeições como tipo de frase; já os romanos, em função da ausência de artigos na língua latina, colocaram-nas como a oitava parte.

Outro problema oriundo dessas adaptações se relaciona, muitas vezes, à manutenção de uma obra, ou de suas traduções e versões, que tratava somente da fonologia e da morfologia, desprezando os ensinamentos sobre a semântica e sobre a sintaxe, tanto de Aristóteles quanto de Apolônio.

Retornando à filosofia, cheguemos rapidamente aos lógicos medievais – os *Modistae*; grupo que proclamava a existência de uma gramática universal, dependente da estrutura da realidade e da razão humana; ou, em outras palavras, a existência de premissas extralinguísticas, sobre as quais deveriam ser estabelecidas as regras gramaticais.

As gramáticas filosóficas desse período, em sua maioria, tiveram o mesmo título – *De Modis Significandi*, tratando de uma quantidade muito grande de assuntos, muito maior do que a que temos em nossos

manuais. O objetivo dos *Modistae* era a exposição de uma teoria geral da linguagem e dos princípios da semântica, com a finalidade de mostrar a essência do discurso humano.

Siger de Courtrai (século XIII) elaborou um registro das funções semânticas das palavras (uma teoria geral do significado), baseando-se nos filósofos escolásticos. As coisas, segundo o seu esquema, possuíam qualidades de existência variada ou modos de ser (*modiessendi*). Para o autor, elas eram apreendidas por meio de modos ativos de compreensão (*modiintelligendiactivi*), aos quais correspondia um modo passivo de compreensão (*modi intelligendi passivi*), as qualidades apreendidas pela mente.

Sobre as partes da oração, para esses filósofos medievais, somente podem ser distinguidas por meio dos modos ativos de significação, ou seja, por meio da maneira pela qual significam as qualidades ou propriedades das coisas, ou seja, singularmente e por seu uso.

O outro autor citado, Thomas de Erfurt (século XIV), apresentou um tratado gramatical completo no mesmo estilo dos *Modistae*, que se tornou o mais conhecido tratado filosófico medieval sobre a linguagem. Nele, Thomas nos dá uma interpretação filosófica da divisão das partes da oração encontrada em Prisciano.

Em relação aos nomes, o autor diferencia os substantivos dos adjetivos, da seguinte forma:

O nome é a parte da oração que significa por meio do modo de ser.

O modo de significar por meio de um modo por si subsistente (...) constitui o nome substantivo.

Nome adjetivo significa por meio de um modo de algo inerente a outro. (THOMAS DE ERFURT. *Grammatica Speculativa*, cap. VIII, apud Buescu, 1983: 157)

As afirmações desses filósofos não passaram para os livros didáticos da época – as gramáticas, que continuavam a seguir as obras de Dionísio e de Donato, com pequenas alterações oriundas dos *Modistae*, o que pode ser exemplificado por excertos da obra de João de Barros, uma das primeiras gramáticas da língua portuguesa.

Gramática é vocábulo grego: quer dizer ciência de letras. E, segundo a difinçám que lhe os Gramáticos deram, é um módo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos. Nós podemos-lhe chamar artefício de palávras póstas em seus naturáes lugáres, pera que, mediante élas, assi na fala como na escritura; venhamos em conhecimento das tenções alheas.

Assi que podemos daqui entender ser a nossa linguagem compósta déstas nóve pártes: Artígo – que é próprio dos Gregos e Hebreus -, Nome, Pronome, Vérbo, Advérbio, Particípio, Conjuncám, Preposicám, Interjeccám – que tem os latinos. Os quáes pártem a sua Gramática em quátro pártes: em Ortografia, que tráta de lêtera; em Prosódia, que tráta de sílaba; em Etimologia, que tráta de diçám; e em Sintáxis, a que responde a construcám.

Nome substantivo chamamos àquele que per si pôde estár e nam reçebe ésta palávra, cousa.

Nome ajetivo ao que nam tem ser per si, mas está encostádo ao substantivo e pôde reçeber em si ésta palávra cousa, como quando digo: ó que fermoso caválo, que brávo touro. (BARROS, 1971, p. 293, 294 e 301)

A permanência dos tratados de Dionísio e de Donato pode ser verificada, assim como alguns acréscimos baseados nos *Modistae*; porém, em relação à língua portuguesa, os aspectos conceituais e relacionais continuaram os mesmos desde a origem da gramática, ou seja, a gramática continuou, e continua até hoje, sendo usada como paradigma estanque – como modelo de uso padrão a ser imitado.

Houve outra retomada de Aristóteles e dos *Modistae*, a dos pensadores de Port-Royal, que procuraram igualmente uma gramática, influências da *Grammaire Générale et Raisonnée* chegaram até a língua portuguesa. No início do século XIX, foi publicada a *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*, de Jeronymo Soares, que contém praticamente, em relação ao sujeito, as mesmas afirmações de sua fonte principal, Port-Royal (Barbosa, Jeronymo Soares. *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*, Introdução):

Toda a grammatica particular e rudimentar, para ser verdadeira e exacta nas suas definições, simples nas suas regras, certas nas suas analogias, curta nas suas anomalias, e assim facil para ser entendida e comprehendida dos principiantes, deve ter por fundamento a grammatica geral e razoada. Porque, subindo esta ás razões e principios geraes da linguagem, é que melhor pôde dar noções dos signaes das idéias, descobrir todas as analogias de uma língua particular, e reduzir a ellas muitas anomalias que os ignorantes contam por taes, não o sendo realmente.

Apesar de ter Port-Royal como inspiração, a gramática de Soares continuou a seguir o modelo descritivo-normativo de Dionísio – o que persiste até hoje; tivemos as gramáticas psicológicas, lógicas, dos casos, ou o gerativismo, o funcionalismo e muitos outros “ismos”, mas o ensino de língua, quando se pretende gramatical, sempre se volta à gramática descritivo-normativa (afinal, é difícil ensinar o uso padrão, como, por exemplo, o da crase, partindo de elucubrações ou de especulações pouco ou nada pragmáticas).

Outras proposições dignas de serem aqui notadas são as de Peirce, sobre as matrizes de criação da linguagem (primeiridade, secundidade e terceiridade), que, transformadas em categorias elementares pelo filósofo americano, foram compreendidas e ampliadas por Deleuze, que lhes acrescentou a zeroidade – lugar de aparecimento do processo criativo; mas, apesar de todo um trabalho com a lógica e com a pragmática, essas discussões e antecipações lógicas de Peirce também não chegaram à gramática e ao seu ensino.

Ora, desde bebê, o sujeito cria suas gramáticas; inicialmente uma gramática eminentemente materna, com toda a acepção da palavra, criada a partir do colo e do seio da mãe, por índices de murmúrios e posteriores balbucios; o que, pouco a pouco, é transformado em dispositivo, moldando linguisticamente o infante. Depois vai para a vizinhança, para a escola, para outros grupos, sempre percebendo e trocando índices, ícones, símbolos e quaisquer outros modos de significar – sempre relacionados, como pêndulos, a gramáticas e a léxicos (com isso, o indivíduo assume a normatividade como trilha para seus jogos sociais).

Talvez o problema das gramáticas, e também das filosofias que as precederam, tenha sido sua base, calcada na frase, no nome e no verbo (algumas vezes mais no nome – Platão, Aristóteles e as primeiras gramáticas; noutras no verbo – a abordagem dos estoicos); talvez precisemos mudar a ênfase, ou tirá-la dessas partes da oração, posto serem as preposições e as conjunções *locus* importantes para a compreensão rizomática dos processos linguísticos de criação.

3. *A filosofia do acontecimento e a cibercultura transdutiva*

Cheguemos a algumas propostas filosóficas contemporâneas; caminhemos para Deleuze, Guattari, Serres, Latour e Lévy, não nos esquecendo de Virilio, Artaud, Maturana e de muitos outros que traçaram mapas cheios de mitos e de ciências. Viajemos, para usar um conceito de Serres, já que para o autor a educação é sempre uma viagem, na direção de um novo ensino de língua, em que não ocorra a repetição de gramáticas normativas e/ou descritivas como instrumental didático.

Iniciemos por Deleuze. Para o filósofo francês, podemos deduzir que o destino primeiro dessa viagem seria o respeito à gramática menor, uma gramática das minorias; sendo a gramática dos usos padrões a gramática maior – um dispositivo social. Não há, em Deleuze, afirmações específicas sobre gramáticas; mas, em *Kafka*, o autor explana sobre lite-

ratura menor, com suas características políticas, minoritárias e desterritorializantes.

Da literatura menos, passemos então à gramática menor – a gramática dos grupos marginalizados. Mas não paremos por aí, já que é função da escola o ensino e a aprendizagem da gramática do uso padrão. O quê, então, a escola deve fazer para que o indivíduo possa apreender a normatividade sem recebê-la como imposição cega e muda?

O ensino de gramática deve ser mestiço (Serres), necessitando de experimentações ativas com a língua, que sejam vivenciadas transdutivamente (Simondon), e não por meio de deduções ou de induções (a dedução é transcendental; enquanto que a indução é limitadora, por procurar apenas o que há de comum entre todos os termos, negligenciando as disparidades).

A transdução, por procurar extrair das próprias tensões a estrutura capaz de resolvê-las, inclui o terceiro, trabalhando com o terceiro incluído e com a lógica quântica, o que a torna um cartografar excelente para as aulas de língua portuguesa. A transdução é uma operação estruturante e de diferenciação em todos os planos de construção da realidade (físico, biológico, mental e social); o que a transforma num processo eficiente, ao lado da abdução (Peirce), para a aquisição da normatividade padrão, sem mecanismos de pura transcendência.

Para Simondon e Deleuze, a disparidade, ou categoria do problemático, é que se constitui como o ponto de partida de qualquer aprendizado; sendo a dissimetria, ou a diferença de potencial, a responsável pela criação de ressonâncias pedagógicas intensas e proficuas.

Quanto à abdução, processo elucidado por Peirce, que opera a criação a partir da zeroidade (acréscimo de Deleuze às matrizes de criação do pensamento de Peirce), partindo do fora, o sujeito pode efetuar intuições em quaisquer dos outros níveis (Primeiridade, Secundidade e Terceiridade).

Já para Lévy, a cibercultura precisa de outro tipo de objeto didático-técnico, algo que possibilite o aprendizado cooperativo, com novos paradigmas de aquisição do conhecimento e de constituição dos saberes. Dessa forma, a fixação pura e simples, com o posterior ensino, da normatividade gramatical padrão não se compatibiliza com essa nova forma de ensinar e de aprender, baseada no saber-fluxo, ou no saber-trans.

Com isso, altera-se a competência do docente, que passa de difusor do conhecimento para incentivadora das ações e dos processos de aprender e de pensar, constituindo-se como animador da inteligência coletiva dos grupos com os quais trabalha. Consequentemente, a mudança do papel do docente é acompanhada de alterações nas técnicas e nos objetos de trabalho na sala de aula – o que altera igualmente o uso, a função e a forma dos materiais de consultas; assim como altera também as concepções da gramática, que deixa de ser apenas descritiva ou normativa e passa a ser um instrumento para a transdução e para a mestiçagem.

O docente da cibercultura precisa considerar não só as gramáticas internalizadas de seus alunos (gramáticas internalizadas e não gramática internalizada, já que cada família tem a sua ‘gramática materna’ – as gramáticas internalizadas se relacionam com o fato de a linguagem verbal ser uma das capacidades humanas de simbolizar, o que permite ao seu utente o domínio do sistema linguístico com o qual tem contato, com suas regras e com o seu léxico), mas também a gramática dos usos padrões, posto ser uma de suas funções a apresentação da gramática maior – do dispositivo linguístico que compila o uso padrão.

Gramáticas maiores e menores compõem, então, um quadro complexo, no qual o transdisciplinar aparece como solução que possibilita transduções dentro dos vários níveis da realidade, o que foi percebido por Nicolescu (2009), que indica a transdisciplinaridade como interesse pela ação simultânea desses diversos níveis (a transdisciplinaridade e seus três pilares precisam ser considerados pelo professor de língua, quais sejam, os níveis de realidade, a lógica do terceiro incluído e a complexidade).

Nesses vários níveis de realidade, há necessariamente os platôs gramaticais, isto é, os vários níveis de conhecimento das regras gramaticais e do léxico que compõem o conhecimento imprescindível para o uso de uma língua; uma vez que, como já dissemos, a partir de uma gramática familiar, o sujeito inicia os seus usos linguísticos na direção de conhecimentos cada vez mais complexos e rígidos.

E, levando em consideração toda essa complexidade, tornar-se-á mais lógico o estudo da língua se houve a inclusão do terceiro por meio da mestiçagem gramatical, ou, usando as palavras de Deleuze, a inclusão do rizoma como meio de ensino e de compreensão da realidade.

A realidade é múltipla e rizomática desde o princípio da individuação, antes disso, é caos, é imanência. Expliquemos, pois há vários momentos; partamos então do recém-nascido: o bebê é um ser pré-

individual, é pura imanência, é pura potência, é pura vida. Somente “ao crescer, ao se diferenciar dele mesmo, o bebê cai necessariamente fora do plano de imanência, pois ele não é mais vida: ele agora pertence à vida” (LECLERQ, 2002, p. 19-29).

Algumas palavras de Deleuze também ajudarão a compreender as singularidades desse período da infância:

Os recém-nascidos são todos parecidos e não têm nenhuma individualidade; mas eles têm singularidades, um sorriso, um gesto, uma careta, acontecimentos que não são características subjetivas. Os recém-nascidos, em meio a todos os sofrimentos e fraquezas, são atravessados por uma vida imanente que é pura potência, e até mesmo beatitude. (DELEUZE, G. “A imanência: uma vida, 1997, p. 3-7)

Os bebês são, então, o devir. Os bebês são exemplos de diferença e carregam consigo a potencialidade de fazer emergir novas formas de ser, de relacionar-se e de viver. Estão imersos num plano de imanência e de possibilidades, o que foi afirmado igualmente por Abramowicz e Tebet:

A condição do bebê não está, portanto, vinculada a uma idade específica. Não há uma data para se deixar de ser um bebê, assim como não há um ritual específico de passagem da condição de bebê para a condição de criança. O que existem são processos de individuação que ocorrem por meio das inúmeras redes que os bebês constroem com os seres humanos e não humanos (atores e actantes) ao ser redor. Processos que fazem da diferença, identidade. (TEBET; ABRAMOWICZ. *Constituindo o bebê como um conceito teórico no interior da sociologia da infância*. ANPED)

É somente quando os bebês começam a se deparar com os problemas, e a vivenciá-los, é que se iniciam os processos de individuação – processos que permitirão que o bebê se torne um indivíduo. Quando a individuação ocorre, o caos é administrado, e a diferença se evade, ocorrendo uma solução para um sistema problemático. Então o bebê sai de sua condição caótica de instabilidade para se constituir como criança.

Somente ocorre esse processo quando surge a diferença, a disparição e o paradoxo, o mundo imbricado de singularidades discretas: é esse o primeiro momento do ser; sendo a disparação é uma comunicação interna entre o individual e o pré-individual.

A disparidade é a categoria do problemático. A disparidade é um sistema metaestável definido por uma disparação entre duas ordens de grandeza – duas escalas de realidades díspares (dissimetria – diferença de potencial). A percepção do problemático é o primeiro momento do ser.

A individuação é a organização de uma solução – uma resolução para um sistema objetivamente problemático. A individuação diz respeito à aparição de fases no ‘ser’ – a percepção das fases (gramática menor e gramática maior – gramática mestiça). Ela não é uma consequência que se deposita na borda do devir e que se isola, mas a própria operação enquanto efetuação.

A individuação surge de uma supersaturação inicial do ser homogêneo e sem devir que, a seguir, estrutura-se e devém, **fazendo surgir indivíduo e meio**, a partir do devir que é resolução e conservação das primeiras tensões ou tendências sob a forma de estrutura.

Voltemos, pois, à transdução, que se constitui como o processo pelo qual uma energia se transforma em outra de natureza diferente [operação estruturante de diferenciação em todos os planos do real (físico, biológico, mental e social)]. Precisamos considerá-la para transformar a gramática ‘materna’, posto que os processos da dedução e da indução se mostraram ineficientes para, sozinhos, alterarem o ensino da normatividade padrão. A **dedução** procura alhures um princípio para resolver o problema de um domínio, um princípio transcendental à gramática; enquanto que a **indução** procura o que há de comum a todos os termos pertencentes a um sistema, esquecendo-se das diferenças – esquecendo-se do terceiro.

4. *Considerações finais*

Urge então considerarmos a abdução e a transdução como processos a serem incluídos no ensino e na aprendizagem do uso padrão, deixando a gramática normativa e considerando as pressuposições das humanidades contemporâneas. É preciso, pois, considerarmos a criança como um indivíduo de fases, de platôs e de segmentos, e, ponderandoos seus rizomas, as suas segmentaridades, tanto linguísticas, quanto sociais, econômicas, físicas e biológicas; é necessário cartografarmos, para cada infante, percursos criativos e que considerem a língua maior e as línguas menores de cada indivíduo participante de uma classe.

Precisamos trabalhar de modo transdutivo e alagmático com a gramática materna de cada cidadão. Os processos alagmáticos, para Simondon, conforme exposto no capítulo “Forme, information, potentiels”, de 1960 (2005), constituem-se como princípio do processo de individuação, como atualização da energia no momento de sua ocorrência. Nesse

sistema, a matéria adquire sua forma potencial por meio da atualização de energia quando atinge um estado de equilíbrio.

Pelo processo alagmático, a individuação é uma operação amplificadora que deve ser estimulada pelos professores de língua. E, a partir daí, não deveremos pensar mais no ensino de paradigmas gramaticais, nem em moldagem ou conformação do indivíduo a processos e normas, mas deveremos cogitar processos e modulações, que, por meio da transdução, como processo imanente, farão com que os alunos alcancem seus devires gramaticais.

Simondon, inicialmente (1960), em sua tese principal, trocou o termo ‘cibernética’ pelo vocábulo ‘alagmática’, propondo a unificação da ciência, da filosofia, da arte e da tecnologia; mais tarde, definiu-a novamente, desta vez como a teoria das operações (2005), tendo dando, posteriormente, ao termo outra significação, desta vez chamando-a como a teoria geral das trocas e das mudanças de estados – uma verdadeira ciência das operações, mudanças e operações de formas, de cores, de matérias, de lugares, de expressões faciais, de relações econômicas, de signos etc. Dessa forma, Simondon deseja a unificação da física, da biologia, da psicologia, da sociologia, da semiótica, da arte e, ainda, das diferentes tecnologias.

E sobre a arte, sobre o lugar notável da arte, assim o filósofo se expressou:

Existe, no mundo, um certo número de lugares notáveis, de pontos excepcionais, que atraem e estimulam a criação estética, como existe na vida humana um certo número de momentos particulares, radiantes, se distinguindo dos outros, que chamam à obra. A obra, resultado dessa exigência de criação, dessa sensibilidade aos lugares e aos momentos de exceção, não copia o mundo ou o homem, mas os prolonga e se insere neles. Mesmo sendo destacada, a obra estética [...] vem somar-se à realidade já dada, trazendo-lhe estruturas construídas, mas construídas sobre fundações que fazem parte do real, e que estão inseridas no mundo. Assim, a obra estética faz brotar o universo, o prolonga, constituindo uma rede de obras, isto é, de realidades excepcionais, radiantes, de pontos-chave do universo mágico [...] [:] a rede espacial e temporal das obras de arte é, entre o mundo e o homem, uma mediação que conserva a estrutura do mundo mágico. (SIMONDON, 2008, p. 184)

Os processos de ensino da gramática materna necessitam de uma ocorrência imanente, sempre a partir da arte (o lugar de contato entre o caos e as matrizes de criação da linguagem), sem pontos de partida ou modelos transcendentais, o que gerará fluências entre corpos e afetos, entre agenciamentos e gozos. Carecem, ainda, da unificação da psicologia,

da sociologia, da semiótica, da arte, da filosofia e das diferentes tecnologias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAILLY, A. *Dictionnaire Grec Français*. Paris: Hachette, 1950.
- BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1881.
- BUESCO, Maria Leonor Carvalhão. *Babel ou a ruptura do signo – A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.
- DELEUZE, Gilles. A imanência: uma vida. In: *Philosophie*, n. 47, p. 3-7, 1997.
- _____. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- _____. *A ilha deserta*. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- _____. *Crítica e Clínica*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- _____. *Francis Bacon: logique de la sensation*. Paris: Seuil, 2002.
- DELEUZE, Gilles; Parnet, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- DELEUZE, Gilles; Guattari, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia II*. vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- EGGER, E. *Apollonius Dyscole – Essai sur l’histoire de théories grammaticales*. Paris: Auguste Durand Librairie, 1854.
- EGGER, E. *Notions Élémentaires de Grammaire Comparée*. Paris: G. Pedone-Lauriel, 1880.
- EMMANUELIS ALVARI. *Institutio Grammatica*. Roma: Horatio Tursellini S.J., 1832.
- HILGARD, Alfredus. *Theodosii Alexandrini – Georgii Choerobosci – Sophronii Patriarchae Alexandrini*. Lipsiae: Aedibus B.G. Teubneri, 1894.
- HOLTZ, Louis. *Donat et la tradition de l’enseignement grammatical*. Paris: C.N.R.S., 1981.
- KEIL, H. *Grammatici Latini*. Lipsiae: Aedibus B.G. Teubneri, 1866.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

LALLOT, Jean. *La Grammaire de Denys le Thrace*. Paris: C.N.R.S., 1989.

LASCARIS, Constantinus. *Greek Grammar*. Amsterdam: Adolf M. Hakkert-Publisher, 1966.

LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia simétrica*. (Trad. Carlos Irineu da Costa) São Paulo: Ed. 34. 1994.

LECLERQ, S. Deleuze e os Bebês. In: *Educação e Realidade*, p. 19-29. Jul/Dez. 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A Vertente Grega da Gramática Tradicional*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora Universidade de Brasília, 1987.

PROTAGORAS. *Fragmentos y Testimonios*. Buenos Aires: Aguilar, 1965.

QUINTILIANUS, M. Fabius. *Instituto Oratoriae*. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

QUINTILIEN. *Institution Oratoire*. Paris: Librairie Garnier Frères, s.d.

SCHMIDT, Rudolphus. *Stoicorum Grammatica*. Amsterdam: Verlag Adolf. M. Hakkert, 1967.

SERRES, Michel. *Tempo de crise*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

SIMONDON, Gilbert. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 2008.

_____. *L'Individu et sa Genèse Physicobiologique*. Paris: PUF, 1964.

_____. *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information*. Grenoble: Jérôme Millon, 2005.

UHLIG, Gustavus. *Apollonii Dyscoli Quae Supersunt*. Lipsiae: in Aedibus B. G. Teubneri, 1910.

_____. *Dionysii Thracis Ars Grammatica*. Lipsiae: in Aedibus B. G. Teubneri, 1883.